

## Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo

Autores: Jovani Augusto Puntel<sup>1</sup>  
Dr Carlos Águedo Nagel Paiva<sup>2</sup>  
Dr<sup>a</sup> Marília Patta Ramos<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo analisa a situação e as perceptivas dos jovens rurais no campo, identificando como uma proposta de educação de caráter informal (Pós-Médio) e voltada para o empreendedorismo do Jovem Rural pode contribuir para a melhoria das suas condições de vida. Além disso, como a mesma os incentiva a optar pela realização de seus projetos de vida no campo. Este estudo também traz aspectos sobre o desenvolvimento agrário, bem como as questões que permeiam a agricultura familiar frente às nuances que influenciam estes jovens para as suas escolhas de vida. Neste contexto, a educação assume papel importante para a formação da base do ser humano, tanto nos aspectos do conhecimento, quanto no fortalecimento da personalidade do indivíduo, exercendo grande parcela de responsabilidade sobre as oportunidades e escolhas que estes jovens terão. Para mostrá-lo, o presente estudo traz desde elementos constituintes sobre o modelo de ensino público desenvolvido no Brasil, até os modelos de educação trazidos pelos movimentos sociais, considerados mais adequados à população do campo, ou seja, a Pedagogia da Alternância e o movimento pela Educação do Campo. É nesta proposta de ensino que se enquadra o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). A pesquisa de campo realizada trouxe informações que permitem verificar a contribuição desta modalidade de ensino para o desenvolvimento dos Jovens Rurais na Região do vale do Rio Pardo (RS). Baseado em uma pesquisa quase experimental com mais de 200 jovens rurais, constatamos que os maiores problemas para os jovens desenvolverem seus projetos de vida no campo são: a baixa remuneração, a ausência de área de terra suficiente para o trabalho e a dificuldade de acesso a créditos para desenvolverem novas atividades produtivas. Por um lado, constatamos ainda que os jovens rurais que participaram no PEJR, além de apresentarem maior inserção social, mostraram também maior consciência ambiental e maior grau de diversificação produtiva nas Unidades Familiares do que os jovens do grupo dos Não Participantes (NP). Tal constatação valida a contribuição do programa para melhoria destes aspectos no grupo dos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs). Por outro lado, também foi verificado que, mesmo os ADRs tendo apresentado maior grau de diversificação produtiva, esta foi mais significativa no plano da produção para auto-consumo do que para a venda no mercado. De tal forma que a diversificação mercantil continua sendo um desafio a ser melhor trabalhado no PEJR, e enfrentado em esforço conjunto pelos atores da região.

**Palavras Chave:** Jovem Rural, Agricultura Familiar, Educação, Trabalho e Renda.

Área Temática: Educação e Desenvolvimento: Educação, trabalho e renda.

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Também desenvolve trabalhos junto ao Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR).

<sup>2</sup> Professor e pesquisador na Universidade de Santa Cruz do Sul. Também atua na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE).

<sup>3</sup> Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## ABSTRACT

This study analyses the situation and the perspectives of the rural youth in the countryside identifying as a proposal of education of informal character (Post High School) and turned to the enterprising of the Rural Youth that can contribute to the improvement of his/her life conditions. Moreover, as such proposal can incentivize them to choose the realization of their life projects in the countryside. This study also brings aspects about the agrarian development, as well as questions that permeate the family agriculture due to the nuances that influence the life choices of the youth. In this context, education assumes an important role for the formation of the basis of human beings, both in the aspects of knowledge, and in the strengthening of the individual personality, exerting great part of responsibility about the opportunities and choices that these youth will have. In order to show it, the present study brings constituent elements on the model of public teaching developed in Brazil, even the education models brought by the social movements, considered more adequate for the countryside population, that is, the Pedagogy of *Alternation*, and the movement for the Countryside Education. It is in this teaching proposal that the Programme of Enterprising of the Rural Youth (PEJR) fits. The field research done has brought elements that allow to verify the contribution of this modality of teaching for the development of the Rural Youth in the Region of the Rio Pardo Valley. Based on an almost experimental research with more than 200 rural youth, we have perceived that the biggest problems for the youth to develop their life projects are: low wages, absence of enough land area for work, and the difficulty of access to credit in order to develop new productive activities. On the one hand, we have also perceived that the rural youth that participated in the PERJ besides presenting bigger social insertion, also showed bigger environmental conscience and bigger degree of productive diversification in the family units than the youth of the group of the Non Participant. Such conclusion validates the quality of the programme for the improvements of the aspects of the group of the Agents of the Rural Development (ADRs). On the other hand, we have also perceived that, even though the ADRs have presented a bigger degree of diversification productivity, such diversification was more meaningful in the production plan for local consumption rather than for market sales. So that the market diversification continues to be a challenge to be better worked in the PERJ and faced in a group effort by the actors of the region.

**Key words:** Rural Youth, Family Agriculture, Education, Labour and Income.

## 1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais ganham repercussão questões sobre o êxodo e o envelhecimento da população rural. Além do aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, outro fator que contribui para o envelhecimento da população do campo é o êxodo dos jovens rurais para o meio urbano. Acreditamos que este movimento é revelador da situação e percepção dos jovens sobre a realidade em que vivem e indicador de que estamos vivendo um acelerado período de transformação no qual a incerteza parece predominar.

O meio rural brasileiro sofreu grandes transformações tecnológicas ao longo das últimas décadas, contudo inúmeras regiões ficaram aquém do desenvolvimento almejado.

Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. Acreditamos que este fator tenha influenciado significativamente para a reorganização das relações sociais e à expulsão de trabalhadores rurais de seu meio, acentuando a precariedade das condições de vida no campo. Neste cenário a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrenta dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos.

A partir do século XX a revalorização dos espaços rurais tem sido um dos fenômenos demográficos mais interessantes, sendo destacada importância da biodiversidade sobre a produção de alimentos estritamente comercial nos moldes tradicionais. Para este debate vamos trazer as contribuições de Silvestro e Abramovay (2001), Schneider (2003), Campolina (2001), Veiga (2004 e 2006). Os estudos sobre juventude são emblemáticos, especificamente sobre jovens rurais são mais recentes e trazem constantes desafios frente às especificidades desta categoria. Nesta questão trazemos principalmente as contribuições de Bordieu (1983), Durston (1998) e Weishmer (2009).

Neste contexto do desenvolvimento rural procuramos trazer alguns elementos sobre a forma que o estado brasileiro tratou da questão da oferta do ensino público. Procuramos neste caso, fazer alguma relação com os aspectos sociais e políticos do país, enaltecendo os aspectos relacionados à oferta do ensino no meio rural. Para entendermos este percurso nos amparamos nas Leis e Diretrizes de Base da Educação (LDB) e autores como Calazans (1993), Ghiraldelli (1994), Mendonça (2007) e outros. Como nova proposta para o sistema de ensino no meio rural vão se mostrando mais adequadas as proposições para a “Educação do Campo” e modalidades como a “Pedagogia da Alternância”. Para nos apresentar estas propostas de ensino, recorreremos a documentos oficiais, às referências do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e dados quantitativos sobre a situação educacional.

Para verificar de forma empírica a relação dos jovens rurais com este complexo ambiente recorreremos ao trabalho de formação desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esta OSCIP atua em quatro territórios<sup>4</sup> da região Sul do país, procurando dar notoriedade para a causa dos jovens rurais e contribuir para o desenvolvimento de seus projetos de vida no campo. Desta forma, nossa pesquisa analisou como programas educacionais com metodologia diferenciada da escola formal, e voltados para o desenvolvimento dos jovens rurais dão conta de preparar jovens para enfrentar os atuais desafios do campo, principalmente o de tomarem iniciativas que melhorem sua condição de vida e evite o êxodo rural. Neste caso, procuramos verificar o que modificou na vida dos jovens rurais após terem participado deste programa.

Diante do exposto, constitui-se como objetivo geral deste estudo analisar os determinantes da evasão dos jovens rurais do campo e de que forma uma proposta de educação voltada para as necessidades dos jovens rurais contribui para oportunizar melhores condições de vida e permanência deles no campo. Especificamente procuramos verificar o grau de inserção cívica, o grau de autonomia dos jovens, a inserção produtiva e captar as

---

<sup>4</sup> Território Caminhos do Tibagi e Centro Sul do Paraná (PR), Vale do Rio Pardo (RS) e Encostas as Serra Geral (SC).

motivações para permanência ou evasão dos jovens do campo. Este trabalho vai trazer nesta ordem, elementos sobre o desenvolvimento rural, sobre os jovens rurais, educação rural e a análise de nossa pesquisa de campo.

## 2 Alguns aspectos sobre o desenvolvimento rural

A estrutura da economia rural, das relações sociais e de propriedade no campo, sua evolução, formas e particularidades vem sendo há tempos objeto de estudo e desafio de compreensão para estudiosos de diversas áreas de interesse. Seja no que tange ao entendimento particular da área ou quando for levada em conta a diversidade de formas, conceitos e situações que preconizaram sua origem e evolução. Desde que os marxistas anunciavam o fim do campesinato, o qual seria extinto pela própria dinâmica de diferenciação entre os produtores rurais (Lênin) ou de que não resistiriam à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky) cada vez mais presenciamos a inserção dos pequenos agricultores familiares de acordo com os moldes capitalistas, e com inúmeras questões que permanecem em aberto.

Relacionado as especificidades da agricultura em questão, Navarro (2001) identificou a existência de cinco concepções: desenvolvimento agrícola; desenvolvimento agrário; desenvolvimento rural; desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local. Na continuidade do texto cada uma destas concepções está detalhada com base na defesa do autor citado. De acordo o autor o “*desenvolvimento agrícola*” trata sobre as condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. O “*desenvolvimento agrário*” refere-se ao meio rural e suas relações com a sociedade, e leva em conta a relação das instituições, as políticas do período, às disputas de classes, condições de acesso a terra, relações de trabalho e suas mudanças, os conflitos sociais, os mercados. Esta concepção normalmente é usada com viés marxista.

Já como “*desenvolvimento rural*” o autor considera as ações articuladas que induzem as mudanças em determinado ambiente rural, como a nova ordem internacional, a abertura comercial com o acirramento concorrencial e menor poder de manobra dos Estados para criar programas de desenvolvimento. No que tange ao “*Desenvolvimento sustentável*” há a centralidade das preocupações com os impactos ambientais no processo de desenvolvimento. E por fim, o “*desenvolvimento local*” decorreu das alterações da Constituição Federal de 1988, que descentralizou as responsabilidades da União em favor de estados e municípios levando a uma ‘valorização’ do local, especificamente o município. Isto permitiu a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que tiveram a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural no âmbito do Plano Diretor do Município.

O autor ainda ressalta que essa diferenciação caracteriza estratégias do Estado para alterar e melhorar as condições de vida no meio rural, alertando que nesta diversidade conceitual é preciso observar o contexto em que se está inserido para fazer a leitura mais apropriada. É importante notarmos que estas concepções surgiram em tempos diferentes, evoluindo gradualmente. Assim quando nos referimos ao desenvolvimento rural é importante considerarmos o caráter político, tecnológico, socioeconômico e não isolado das demais esferas que articulam e configuram o cenário que estamos analisando.

Em paralelo a este processo de desenvolvimento, a agricultura também foi incorporando novos significados, desenvolvendo novos meios de produção e organização. Nela os trabalhadores foram sendo moldados num processo de aceitação/adaptação e resistência aos padrões estabelecidos. Neste processo histórico os trabalhadores do meio rural: ora camponeses, ora pequenos agricultores, ora agricultores familiares ou patronais tem tido participação importante para o desenvolvimento de seus países. Tendo muitas vezes criado seus próprios meios (muito particulares) de sobreviverem às turbulências e dificultando o entendimento de suas articulações e comportamentos por parte dos estudiosos do tema.

Ao narrar o golpe de Estado Bonapartista na França, Marx (1977) menciona as relações entre classes e poder, entre as superestruturas ideológicas e a base material, considerando como grandes questões da época a luta entre a burguesia e o proletariado. Entre essas questões queremos chamar a atenção para a difícil situação que o campesinato Francês vivia. Os pequenos camponeses constituíam uma imensa massa que não estabelecia relações multiformes entre si e tinham um modo de produção isolado, desenvolvido em pequenas propriedades basicamente para sua subsistência. Para o autor a pequena propriedade não permitia a divisão do trabalho para o cultivo, não permitia a aplicação de métodos científicos e nem havia alguma diversidade de desenvolvimento e riqueza social.

Ao retratar uma situação de desorganização e pobreza generalizada que não os identificava entre si, conforme a narrativa, os camponeses estavam à mercê do amplo amparo de seu senhor que os representava e que os acreditavam, lhes restituiria a glória passada. Mas não eram todos os camponeses que estavam representados no poder, sendo preciso esclarecer que

[...] a dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua essência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada às cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas pelo contrário, aqueles que, presos por essas velhas em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império (MARX, 1977, p.117).

Na passagem fica clara a fragilidade que os camponeses estavam vivenciando. Ao mesmo tempo deixa transparecer que no “saco de batatas” descrito por Marx, havia “batatas” diferentes, com interesses e comprometimentos diferentes e sedentos por propriedade. Porém quando os camponeses saem do regime de semi-servidão transformando-se em proprietários livres, o que parecia condição para o enriquecimento, após passadas duas gerações, tinha se transformado em uma profunda crise da agricultura, com agricultores endividados e imersos em outra forma de escravidão. A questão da terra, da pequena propriedade, da hipoteca, dos impostos, das formas de produção, do surgimento das grandes indústrias nas cidades, o posterior surgimento do *proletariado urbano*, dos bancos aparece com força nas análises do campesinato de Marx. Nesta perspectiva de desenvolvimento o autor já identificava um excesso de desempregados que não encontravam lugar no campo nem nas cidades.

Na visão de Chayanov a família camponesa que não contrata mão-de-obra externa, possuindo certa extensão de terra, sendo detentora dos meios de produção e que às vezes é obrigada a vender sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas deveria crescer numericamente com o passar dos anos, inclusive incorporando todo o progresso técnico disponibilizado pela evolução capitalista. Nas palavras do autor

históricamente el nuevo agro em la próxima década, habiendo convertido, por medio de cooperativas, una considerable parte de su economía en formas de producción socialmente organizadas. Deberá ser un campo industrializado en todas las esferas del proceso técnico, mecanizado e electrificado; un campo que ha aprovechado todos los logros de la ciencia y La tecnología agrícola (CHAYANOV, 1974, p.43 - 44).

Neste contexto o futuro da unidade econômica camponesa iria se moldar às novas tendências do desenvolvimento capitalista. A perspectiva apontada para as relações das unidades familiares e da agroindústria se apresenta em moldes capitalistas, caracterizadas pela integração vertical do sistema. Chayanov via dificuldades em manter os atributos tradicionais do campesinato, em virtude do progresso técnico crescente e de uma agricultura cada vez mais integrada aos circuitos econômicos em escala mundial. A penetração agroindustrial na agricultura subordinaria a exploração familiar, mas não provocaria a sua desaparecimento. Dessa reflexão teórica da questão agrária, o referencial chayanovista mostra-se mais adequado para explicar a existência universal da agricultura de base familiar. Cabendo mencionar que dentro desta categoria há uma multiplicidade de agricultores familiares, cada qual com suas características.

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010) a agricultura foi evoluindo e tornando-se uma atividade mais complexa e cuja compreensão passava a exigir novos esforços. Entre os esforços para construir conhecimentos capazes de constituir uma base conceitual, teórica e metodológica, surgiu nas Ciências Agrárias, nos anos de 1950 e 1960, a abordagem dos Sistemas Agrários, visando contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola. Esta abordagem foi aperfeiçoada e afinada através de ações e programas de pesquisa realizados por diferentes pesquisadores e centros de pesquisa, em especial na França, Holanda, Austrália e Estados Unidos da América, tendo expandido seus estudos pelo mundo.

Esta abordagem disponibiliza elementos teóricos e metodológicos capazes de explicar a complexidade da agricultura e de perceber as transformações históricas, a diferenciação geográfica das diferentes formas de agricultura implementadas pela humanidade. Dentre outras definições, a teoria dos Sistemas Agrários é definida como

[...] um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Para compreendermos o que é um sistema agrário é preciso, em princípio, distinguir, de um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal qual pode-se observá-la, formando um *objeto real de conhecimento*, e, por outro lado, aquilo que o observador pensa sobre este objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro *objecto concebido*, ou *objecto teórico de conhecimento* e de reflexão (MAZOYER E ROUDART, 2010 p.71).

Dentre as características deste instrumento, a mesma fonte apresenta uma série de variáveis que, combinadas, nos ajudam a compreender como um Sistema Agrário se apresenta. Podemos observar: a) o meio cultivado com os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho) utilizados; b) o modo de artificialização do meio; c) a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; d) os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais; e) as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; f) e o conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social. Entende-se assim, que a abordagem dos sistemas agrários pode em muito contribuir na formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento para determinadas situações e regiões.

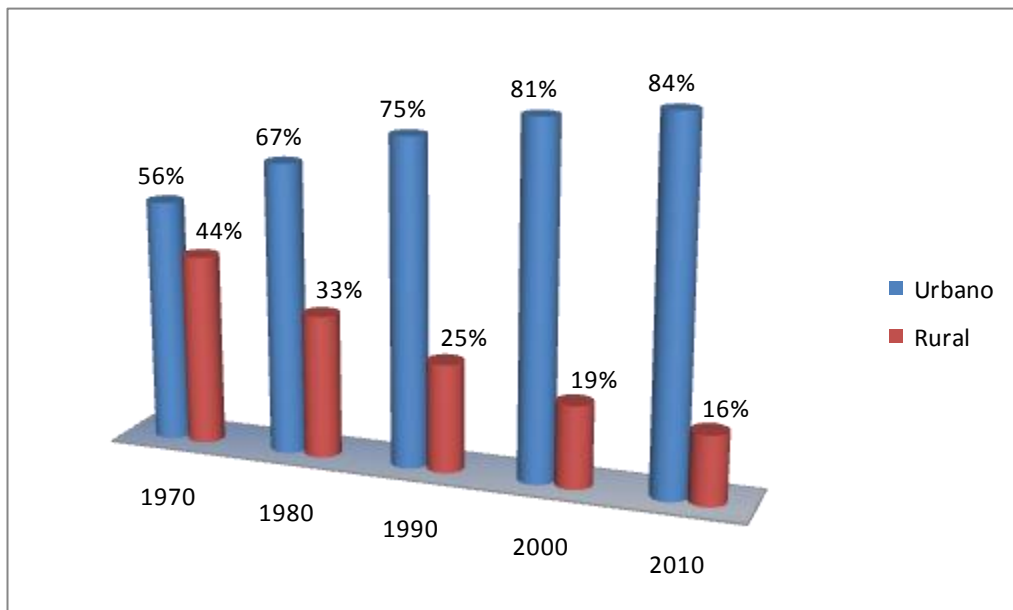
Em nossa discussão sobre as causas de evasão das pessoas do campo, dentre elas a evasão dos jovens rurais, acreditamos que um estudo centrado no sistema da agricultura familiar e no sistema não familiar nos oferece elementos suficientes para entendermos este movimento. Por acreditar que estes dois sistemas distintos polarizam a situação que hoje enfrentamos, adotamos a ideia de Paiva (2008) que defendeu que o Complexo Agrário Nacional (CAN) se dá pela compatibilização dialética, tensa e em permanente desenvolvimento entre dois Sistemas Agrários Típicos (SATs) denominados de “agricultura familiar” e a “agricultura capitalista, patronal ou empresarial”.

Para o autor a principal distinção entre os dois SATs é a disponibilidade relativa de terra e trabalho (relação área por trabalhador -  $Te/Tr$ ). O SAT familiar é caracterizado pela escassez de terra e pela abundância relativa de mão de obra. Devido a esta característica as técnicas produtivas mais adequadas aos produtores familiares envolvem uma utilização de mão de obra maior em relação à quantidade de terra. No SAT capitalista (patronal ou empresarial) observa-se a disponibilidade maior de terra em relação à mão de obra. O resultado é de que neste sistema são adotadas técnicas produtivas poupadoras de mão de obra em grandes extensões de terra. E estas técnicas se caracterizam pela utilização de maior quantidade de insumos, máquinas e equipamentos. As duas tipologias, familiar e não familiar, são capazes de tornar o debate emblemático, pois cada qual está impregnada de historicidade, de traços e interesses políticos capazes de mobilizar lobistas e instituições representativas. Estes últimos são capazes de exigir uma habilidade extrema e minuciosa de governos e interlocutores para acalmar interesses particulares de cada uma das tipologias.

O processo de industrialização e mecanização do campo veio associado aos processos produtivos de integração entre agricultores familiares e agroindústrias. Neste processo os produtores recebem assistência técnica das empresas, condições para adquirirem produtos e instrumentos tecnológicos para a produção, sendo a aquisição dos produtos feita pelas empresas integradoras. As agroindústrias assumem importante grau de controle sobre a autonomia do agricultor. Neste caso o mundo capitalista despojou os traços camponeses da agricultura, mas manteve a forma de produção sustentada com base familiar, ou em outra hipótese, podemos dizer que o campesinato se adaptou ao sistema de acordo com sua disponibilidade de trabalho e terra. No entanto, enquanto um grupo de agricultores se integrou às agroindústrias, outros ficaram excluídos da integração, procurando encontrar seus próprios meios de reprodução. Em geral descapitalizados para modernizar suas bases produtivas acabam somando-se ao grande número de pobres rurais ou então engrossando as periferias das cidades.

Abramovay (1992) afirma que o Brasil é marcado por uma bimodalidade tecnológica. De um lado, há as explorações modernas que batem *Record* nas safras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao complexo agroindustrial. De outro, destacam-se a pobreza da população rural, o atraso econômico, social e político nas regiões onde predomina o latifúndio, o coronelismo e a “lei do mais forte”. Precisam ser resolvidas questões fundamentais como a falta de políticas públicas estruturantes que possibilitem ao agricultor familiar produzir e colocar seus produtos no mercado, além das dificuldades de acesso à saúde e à educação por parte destes produtores. Esses fatores têm contribuído significativamente para a expulsão permanente dos camponeses para a cidade, em busca de trabalho e renda, principalmente desestimulando os jovens a desenvolverem seu projeto de vida no campo, o que compromete a sustentabilidade geracional. Como podemos ver no gráfico abaixo, estas condições são pouco atrativas para a permanência das pessoas no campo e cada vez mais

presenciamos o aumento da população urbano e a evasão das pessoas do campo, como podemos perceber no gráfico abaixo.



**Gráfico 1: Participação da população residente segundo localização do domicílio Brasil**

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de IBGE – Censo Demográfico 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

A agricultura brasileira apesar de constituir um Complexo Agrário Nacional, no qual há dois sistemas típicos predominantes (a agricultura familiar e a não familiar) apresenta uma heterogeneidade bastante grande. As diferentes configurações que compõe este cenário são formadas pelas articulações sociais existentes, a estrutura fundiária e qualidade da terra, as condições geográficas, o clima, o acesso a mercados, as condições de infraestrutura, o grau de capitalização dos agricultores, os condicionantes socioeconômicos, a disponibilidade de mão-de-obra entre outros, são fatores que exigem um olhar minucioso para não incorrerem em afirmações superficiais. Algumas das disparidades podem ser percebidas através dos números fornecido pelo Censo Agropecuário 2006, pois a Agricultura Familiar compreende 84,4% dos estabelecimentos rurais e ocupa uma área total de 24,3%. Enquanto a Agricultura Não Familiar compreende 15,6% dos estabelecimentos e ocupa uma área total de 75,7%. O pessoal ocupado na Agricultura Familiar corresponde 74,4% da população que se dedica à agropecuária, enquanto a Agricultura Não Familiar ocupa 25,6% da população. A Agricultura Familiar gera um VBP de R\$ 677/ha, 89% superior à agricultura Não Familiar (R\$ 358/ha) e ocupa 15,3 pessoas por 100 hectares contra 1,7 pessoas na Agricultura Não Familiar.<sup>5</sup>

### 3 Os Jovens rurais

No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural chama a atenção como a faixa demográfica que é afetada de maneira dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Esta ambiência produz e reproduz sujeitos e sociedades heterogêneas, com

<sup>5</sup> É possível conferir os dados em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em 5 de junho de 2011.



peças de diversas identidades. É neste campo de disputa e de identidades distintas que se situa o jovem rural com suas buscas, desafios e esperanças. É por conta desta diversidade que na atualidade, a definição de juventude tem sido estabelecida a partir de sua forma plural – juventudes – por causa das situações existenciais experimentadas pelos sujeitos nessa etapa da vida, e nos diferentes contextos que estão inseridas.

O abismo que havia entre a cidade e campo hoje não passa de uma linha tênue onde as diferenças existentes não podem ser entendidas somente como um rural primitivo, ou um urbano civilizado. Isto não significa também que este “novo rural” representa melhoria de vida para a totalidade da população do campo. Os jovens cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem sua autoimagem refletida no espelho da cultura urbana. Estão situados em meio a uma cruzada que ainda os prende a família e a escola, entre o início da vida profissional e o casamento, entre a dependência e a autonomia econômica.

Se tratarmos os jovens sob a orientação da idade cronológica vamos nos deparar com diferentes critérios balizadores. No Brasil o IBGE classifica<sup>6</sup> como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Para fins de Políticas Públicas, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 16 e 29 anos. De acordo com o IPEA (2009) desde 2005 tem se envidado esforços que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diversos ministérios, no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades da juventude, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

Pra se desenvolver um trabalho adequado à realidade dos jovens rurais é preciso ir além das definições teóricas de juventude e entender as preocupações práticas que elas apresentam, para ai sim podermos desenvolver projetos adequados às suas necessidades. Conforme Durston

El término "juventud" puede definirse como la etapa de vida que empieza con La pubertad y termina con La asunción plena de las responsabilidades y La autoridad del adulto, es decir, las que corresponden a los jefes masculino y femenino de un hogar económicamente independiente. Es una etapa durante la cual aumenta progresivamente La presencia Del trabajo en la jornada cotidiana, y disminuye El juego, mientras que El aprendizaje llega a su auge en esta etapa y posteriormente decrece. No obstante, la merade finición del término no es suficiente para establecer un marco teórico, y mucho menos uno adecuado a las exigencias Del diseño de proyectos integrales de desarrollo, tarea que requiere de ideas claras y explícitas, con un grado suficiente de complejidad como para no ser banales y que reflejen las preocupaciones prácticas y El comportamiento real de las personas en el mundo rural (DURSTON, 1998, p. 7)

Reconhecemos que existem diversos traços culturais distintos entre a juventude rural e que desvendá-los além das aparências é um desafio para outro estudo, dada a complexidade e diversidade de comportamentos e códigos apresentados por esta categoria. Para não subsumir às diferentes realidades, conforme nos alertou Bordieu (1983), em nossa pesquisa vamos tratar dos jovens rurais, os filhos de agricultores familiares e não da juventude rural em geral. Em suma: para nós os jovens rurais são os filhos dos agricultores que são pequenos

---

<sup>6</sup> Não há consenso de uma definição única para a idade dos jovens, mas existe a tendência de que este período esteja sendo ampliado. Sobre os jovens rurais sugerimos ver também as contribuições de Carneiro (2007) na obra Juventude Rural em perspectiva.

proprietários e que comandam o processo produtivo. **O jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai.** Acreditamos que ao analisar nossa pesquisa de campo poderemos caracterizar melhor a estratificação dos jovens pesquisados, ou refutá-la.

#### 4 Um olhar sobre o ensino no Brasil

Uma das principais características que distingue o ser humano de outras espécies de animais é nossa capacidade de pensar e criar coisas a partir de experiências passadas, de refletir sobre elas e recriá-las, e a educação tem grande contribuição para o desenvolvimento destas faculdades. Para os gregos a verdadeira educação que acontecia entre os sete e catorze anos de idade correspondia a *paidéia*, a formação plena do homem para a *polis*. Já naquela época, os pobres da Grécia aprendiam fora da escola, nos campos de lavoura e pastoreio, enquanto os que tinham maior prestígio aprendiam nos acampamentos com os velhos mestres. A educação foi pouco a pouco se democratizando e por volta do ano 600 a.C. surgem a escola primária, as escolas de bairro ou, as chamadas “lojas de ensinar” (GHIRALDELLI, 1994).

No Brasil as batalhas se travaram em torno da escola pública e escola privada, entre os dilemas de formar cidadãos ou preparar para o trabalho e posteriormente sobre a luta por uma educação adequada para as pessoas do campo, em detrimento de uma escola voltada para a população urbana. Dada a forma como se desenvolveu a agricultura no Brasil, com ausência da provisão de recursos públicos, dentre os quais a escola, a expansão do ensino escolar só se desenvolveu nas áreas em que mais avançaram as relações de produção capitalistas, de caráter espoliador dos povos do campo. Na tentativa de resistir a esta situação e propor novas alternativas é que surgem os movimentos sociais e concepções de Educação Popular.

Em 2010, durante o IV Seminário Nacional do PRONERA, o presidente Lula assinou o Decreto 7.352, que tratou sobre a política de educação do campo e definiu que esta seria destinada à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, sendo desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, regida pela LDB e pelas orientações do Decreto<sup>7</sup> anunciado. Esclarece ainda que por escola do campo entende-se aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquelas situadas em área urbana, mas que atendam predominantemente populações do campo. Em maio de 2006 o Ministério da Educação<sup>8</sup> reconhece que a Educação do Campo é papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural brasileiro e que a Pedagogia da Alternância<sup>9</sup> vem se destacando para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Médio.

#### 5 A pesquisa

<sup>7</sup> Para verificar o Decreto na íntegra acessar <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1025597/decreto-7352-10> Acesso em 7 de fevereiro de 2011.

<sup>8</sup> Documento original encontrado em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf) Acesso em 13 de janeiro de 2011.

<sup>9</sup> Sobre esta modalidade de ensino sugerimos a leitura de GIMONET, Jean-Claud. *Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

O projeto de enraizamento dos jovens rurais no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) é orientado pelo Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). O foco de atuação do programa está voltado para ações de desenvolvimento e promoção dos jovens rurais, oferecendo uma formação que integra aspectos do desenvolvimento humano, técnico e gerencial. Com estes conhecimentos e habilidades desenvolvidos nestas áreas acredita-se que eles poderão impulsionar o seu desenvolvimento e de suas comunidades (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2005, p.33). Procura-se manter a unidade do Programa observando as orientações contidas na Unidade Política Metodológica (UPM), um documento dirigido às equipes que realizam a formação dos jovens rurais e parceiros. O programa é desenvolvido através da Pedagogia da Alternância, em uma modalidade de ensino Pós-Médio, de caráter informal, com a duração de 2 anos. Ao final do período de formação os jovens são estimulados a desenvolver o Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER) visando desenvolver atividades sociais ou de geração de renda na sua Unidade Familiar ou comunidade.

Chegando aos dez anos de atividades, o Cedejor tem atuação nos três Estados do Sul do Brasil, atingindo aproximadamente 45 Municípios nos Territórios Vale do Rio Pardo<sup>10</sup> (no Rio Grande do Sul); Território Encostas da Serra Geral (em Santa Catarina); Território Centro-Sul do Paraná e Território Caminhos do Tibagi, no Paraná. Além do PEJR, que tem como principal parceiro o Instituto Souza Cruz, o Cedejor desenvolve outros projetos, com outros parceiros.<sup>11</sup>

Os jovens que pesquisamos habitam uma região marcada pela monocultura do tabaco e marcada pela heterogeneidade das estruturas fundiárias, dos padrões edafoclimáticos e tradições culturais. A região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE (VRP) ocupa uma superfície de 13.209,8 km<sup>2</sup> e soma a população total de 418.141 habitantes, conforme informações da FEE Dados para 2010, o que corresponde à 3,91% da população total do Estado (10.693.929 habitantes).



**Figura 1:** Municípios que compõem a região do Vale do Rio Pardo – RS  
**Fonte:** Elaborado pelo Departamento de Geoprocessamento da UNISC.

<sup>10</sup> O CEDEJOR teve origem no Rio Grande do Sul e sua fundação foi em 23 de julho de 2001.

<sup>11</sup> Para verificar visite [www.cedejor.org.br](http://www.cedejor.org.br)

Da população total, 263.962 (63,13%) habitantes residem no meio urbano e 154.179 (36,87%) no meio rural. Com relação à população, cabe salientar que apenas dois municípios, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, concentram 184.320 pessoas, o que corresponde a 44,08% da população total da região. Apesar destas disparidades, se analisarmos em termos econômicos teremos na região, em 2006 uma arrecadação (PIB) total de R\$ 6.296.800,00. Se retirarmos deste montante os valores correspondentes aos PIBs municipais de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul (R\$ 3.911.005,00), vemos que o PIB restante é de apenas 38%. Nisto chamamos a atenção aos cuidados necessários para fazermos uma leitura regional, onde as médias por exemplo, podem acobertar muitas diferenças.

Nossa pesquisa de campo foi formatada num desenho quase-experimental que tratou de dois grupos de jovens rurais, o grupo experimental composto pelos 134 Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e o grupo controle formado por 85 jovens que não frequentaram o programa e que serão tratados como Jovens Não-Participantes (NP). Os jovens do grupo dos NP foram determinados pelos jovens ADRs, como sendo seus conhecidos e com faixa etária e escolaridade o mais próximo possível da sua. Esta estratégia é recomendável em estudo de impacto de programas e políticas sociais, apesar de, em nosso caso não podermos concluir sobre impacto por não termos informações sobre os pesquisados antes de participarem do programa, aspecto este essencial em pesquisas sobre causas e efeitos (impacto).<sup>12</sup>

Os jovens do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) iniciaram sua formação em 2001. No ano de 2006 os núcleos fundiram-se, ficando como sede, o núcleo de formação em Albardão. Desde então o CEDEJOR passou a atuar em uma dimensão territorial, atuando como Centro de Formação e Agência de Desenvolvimento. Na tabela abaixo temos o período de formação de cada turma pesquisada, as turmas por centro de formação, o número de jovens que iniciaram o programa (por turma), o número de jovens formados (ADRs) e atual situação de domicílio.

**Tabela 1: Jovens formados por turmas, evasão e domicílio**

Ano	Turmas por Núcleo	Iniciantes	ADRs	Campo	Cidade
2001 - 2004	T1 - São Martinho (Stª Cruz do Sul)	40	17	44%	56%
2001 - 2004	T1 - Casa Jesus Mª José (Rio Pardo)	40	20	58%	42%
2001 - 2004	T1 - Albardão (Rio Pardo)	40	28	54%	46%
2004 - 2005	T2 - Alto Paredão (Stª Cruz do Sul)	29	9	78%	22%
2005 - 2006	T3 - Albardão (Rio Pardo)	31	12	55%	45%
2006 - 2007	T4 - Fusão, Albardão (Rio Pardo)	38	17	71%	29%
2007 - 2008	T5 - Albardão (Rio Pardo)	35	16	100%	0%
2008 - 2009	T6 - Albardão (Rio Pardo)	27	21	94%	6%
<b>Totais</b>		<b>280</b>	<b>140</b>	<b>68%</b>	<b>32%</b>

**Fonte:** Pesquisa e elaboração feita pelo autor junto aos documentos do Cedejor, em 2010.

As taxas de evasão do programa tem se mostrado um grande desafio a ser superado. Muitas destas evasões aconteceram quando alguns jovens foram convocados para o Serviço

<sup>12</sup> Para maiores detalhes ver Ramos (2009) em seu artigo “Aspectos conceituais e metodológicos da Avaliação de Políticas e Programas Sociais” são apresentados procedimentos metodológicos relacionados com as técnicas do processo de avaliação e os métodos para lidar com o viés da falta de comparabilidade entre grupos pesquisados.

Militar Obrigatório, mudaram de residência, ou no surgimento de alguma oportunidade de emprego, etc. Contudo, parcela não desprezível dos jovens evadiram simplesmente porque se apresentavam desmotivados para continuar a formação. A maior dificuldade encontrada para compor as turmas para formação no PEJR é encontrar jovens com o Ensino Médio Completo.

De todos os jovens entrevistados, 66% são do gênero masculino e 34% do gênero feminino. Ao verificar a condição de terra dos entrevistados procuramos saber se possuem terra para trabalhar e qual a área das propriedades. Na entrevista verificamos que 15% das famílias dos ADRs e 28% das famílias dos jovens NP não são proprietárias de terra. Outro aspecto importante a ser observado é o tamanho das propriedades dos pais dos jovens entrevistados.

**Tabela 2: Condição de terra e tamanho das propriedades dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP)**

Tamanho da propriedade	Famílias dos ADRs	Famílias dos NP
Não Proprietários	15%	28%
1 a 5 ha	23%	17%
5 a 15 ha	28%	26%
15 a 30 ha	22%	16%
Mais de 30 a 60 ha	6%	9%
Mais de 60 ha	3%	1%
NR	3%	3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo, realizada em 2010.

Através destes indicadores percebemos que as famílias dos jovens entrevistados possuem áreas de terra bastante limitadas para desenvolverem suas atividades produtivas. Possivelmente maiores serão os problemas para a sucessão familiar, ou quando esses jovens casarem. Das famílias dos jovens ADRs somente 7% são filhos únicos, enquanto das famílias do grupo dos NP 18% dos jovens não tem irmãos, desta forma os demais jovens tem a possibilidade de precisarem repartir a herança da terra com seus irmãos. Este pode ser um dos fatores que contribuiu para que 48% das famílias dos jovens ADRs e 35% dos jovens NP tivessem irmãos que já mudaram para a cidade.

Sobre a força de trabalho das famílias, dos Jovens ADRs que moram no campo constatamos que 37% das famílias são constituídas por 3 pessoas, 39% possuem 4 pessoas, 18% são formadas por 5 pessoas e 6% possui 6 pessoas ou mais. Das famílias dos jovens NP residentes no campo, 44% é composta por 3 pessoas, 35% é composta por 4 pessoas, 17% por 5 pessoas, 4% possuem 6 pessoas ou mais.

Um dos problemas típicos do meio rural é a dificuldade para a renovação dos quadros de lideranças das organizações comunitárias existentes. Diante disto procuramos verificar a integração social e envolvimento dos jovens rurais, procurando saber em quais organizações estes jovens têm maior participação e se exercem funções de liderança. Para respondermos a este objetivo perguntamos aos jovens rurais dos dois grupos em quais atividades eles participavam e se haviam desenvolvido alguma função de lideranças nelas.

Através das respostas notamos que existe maior envolvimento dos jovens rurais dos dois grupos pesquisados em eventos religiosos, depois há maior participação nas atividades de

lazer na comunidade. Estes dois espaços constituem-se em espaços de religiosidade e lazer dos jovens, onde as tomadas de decisão são menores, constituindo-se mais em espaços de socialização. A maioria dos jovens frequenta a igreja esporadicamente e poucos possuem um comprometimento maior que isso. Os eventos de lazer existentes na comunidade geralmente são os bailes e festas, promovidos pela comunidade religiosa, as associações de produtores, grupos de terceira idade ou grupo de mulheres. Em algumas comunidades ainda existem os times de futebol.

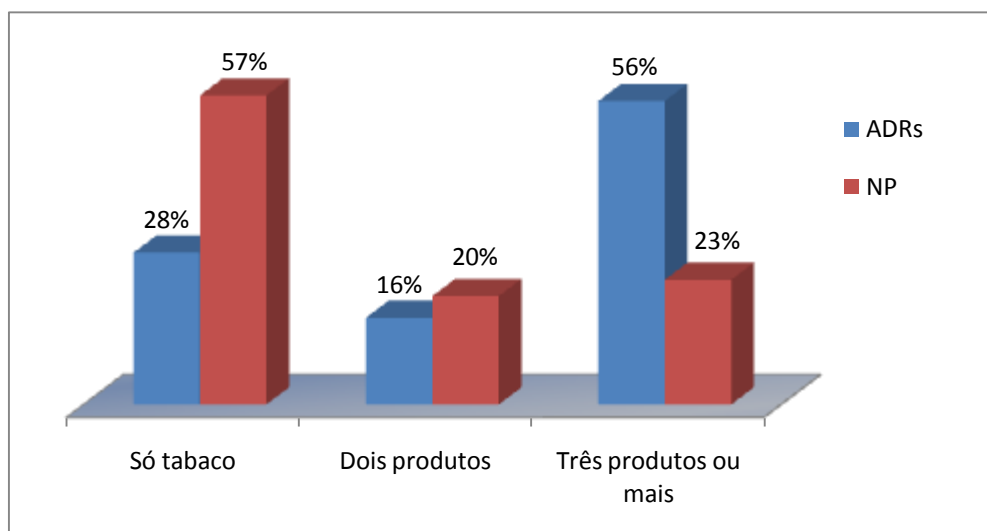
**Tabela 3: Inserção Social dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP)**

Atividade	ADRs		NP	
	Participam	Não participam	Participam	Não participam
Eventos religiosos	57%	43%	51%	49%
Lazer na comunidade	54%	46%	41%	59%
Grupos ou associações coletivas	31%	69%	13%	87%
Conselho ou organização juvenil	14%	86%	5%	95%
Organização política ou governamental	8%	92%	2%	98%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo em 2010.

Sobre a diversificação produtiva dos jovens Constatamos que 28% das famílias dos ADRs e 57% das famílias dos jovens NP produzem somente tabaco para comercialização, o que se constitui em elevado fator de risco caracterizado pela monocultura.<sup>13</sup> Este percentual indica que dos produtos comercializados, 72% são produzidos por famílias dos ADRs e 43% pelas famílias dos jovens NP. Entre aqueles que possuem até dois produtos para comercialização além do tabaco, observou-se que estão 16% das famílias dos ADRs e 20% das famílias dos NP. Possuem três produtos ou mais para complementar a renda, 56% das famílias dos ADRs e 23% das famílias dos NP.

<sup>13</sup> Sobre o perfil das propriedades dos fumicultores na safra 2007/2008, dados da Afubra apontam que no Sul do Brasil os produtores de fumo caracterizam-se por serem agricultores minifundiários, apresentando área média de 16,1 hectares. A ocupação desta área apresenta a seguinte ocupação: 15% são utilizados para o cultivo de fumo, 11% são áreas de descanso e açudes, 11% área de reflorestamento, 16% é ocupada com mata nativa, 21% com pastagens, 6% é ocupada com outras culturas, 17% é cultivado milho e 3% é ocupado com o cultivo de feijão. A pesquisa também aponta que 21% das famílias que produziram fumo na safra 2007/2008 não possuíam terra própria e que aproximadamente 39 mil famílias desenvolveram a cultura em regime de parceria ou arrendamento. Fonte: [www.afubra.com.br](http://www.afubra.com.br) Acesso em 05 de outubro de 2010.



**Gráfico 2:** Grau de dependência da atividade fumicultora e grau de diversificação da Unidade Familiar. Relação entre os Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

Em relação aos projetos dos 134 ADRs entrevistados constatamos 118 projetos elaborados. Identificamos também as áreas de concentração, sobre quais atividades os jovens desenvolveram esses projetos. Depois, entre os projetos elaborados procuramos verificar quantos haviam sido colocados em prática. Num terceiro momento procuramos saber quantos dos projetos colocados em prática geraram aumento de renda para as famílias. Desta forma identificamos 118 projetos elaborados, destes 70 projetos foram colocados em prática e 45 deles geraram aumento de renda nas Unidades Familiares.

**Tabela 4: Relação entre elaboração e geração de renda dos Projetos dos Jovens Empreendedores Rurais (PJERs) por ramo de concentração.**

Ramo do Projeto	PJERs elaborados	% total	PJERs aplicado	% dos PJERs aplicados	PJERs com aumento de renda		
					Absoluto	% sobre os aplicados	% sobre os Elaborados
Agricultura	7	6%	6	86%	5	83%	71%
Horticultura	24	20%	16	67%	12	75%	50%
Criação	25	21%	13	52%	9	69%	36%
Piscicultura	6	5%	4	67%	3	75%	50%
Agroindústria	7	6%	3	43%	2	67%	29%
Atividade social	5	4%	3	60%	0	0%	0%
Prestação de serviços	15	13%	7	47%	3	43%	20%
Fruticultura	16	14%	11	69%	4	36%	25%
Produção de leite	4	3%	3	75%	3	100%	75%
Outros	9	8%	4	75%	4	100%	44%
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>100%</b>	<b>70</b>	<b>59%</b>	<b>45</b>	<b>64%</b>	<b>38%</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

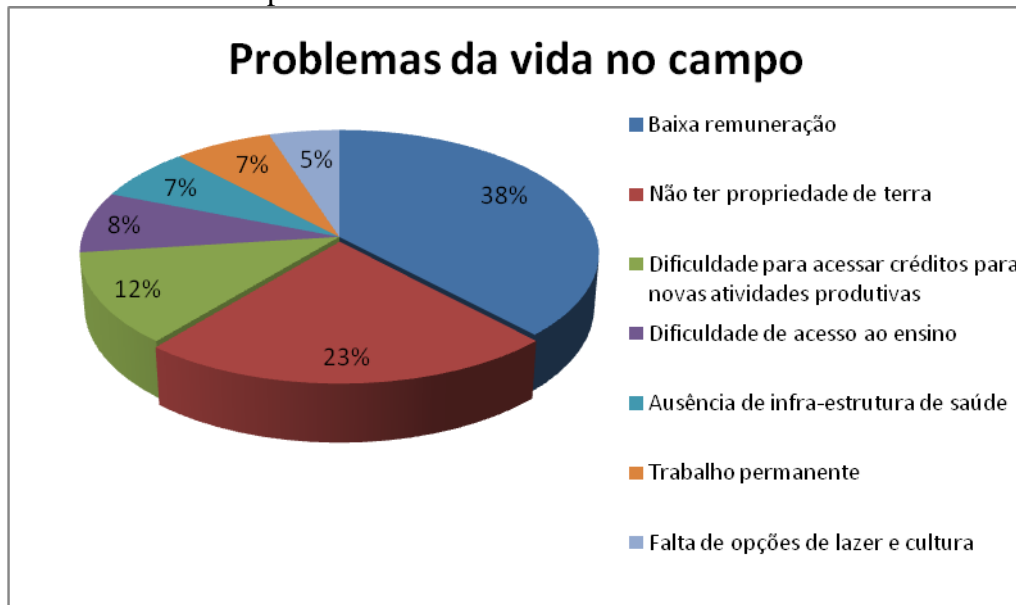
Cabe registrar que 71% dos jovens NP declararam não ter desenvolvido novas iniciativas de geração de renda nas suas Unidades Familiares. Nos PJERs citados acima, 59% dos jovens ADRs declaram ter aplicado os projetos, enquanto nas Unidades Familiares dos jovens do grupo NP, 29% declararam ter desenvolvido alguma tentativa para realizar uma

nova atividade de geração de renda na sua Unidade Familiar. Importante ressaltar também, que os jovens ADRs destacaram como principais dificuldades para implementar seus projetos a falta de recursos financeiros (35%), o baixo valor dos produtos para comercialização, depois a falta de apoio dos pais e a falta de assistência técnica.

Sobre a Gestão da Unidade Familiar Realizar declararam realizar controle do fluxo de caixa<sup>14</sup> 63% dos jovens ADRs e 31% dos jovens NP. Por conta da qualidade do ensino e da baixa escolaridade dos pais dos jovens pesquisados, eles apresentam dificuldade em relação à escrita e as operações matemáticas. Esta pode ser uma questão que os desestimula a realizar um controle financeiro mais apurado de sua Unidade Familiar.

Sobre a pretensão de realizar seu projeto de vida no campo ou ir para a cidade 54% dos ADRs pretendem construir seu projeto de vida no campo, enquanto dos jovens do grupo NP, 29% assumem esta pretensão. 17% dos ADRs e 42% dos jovens NP pretendem viver na cidade e 29% dos jovens de cada grupo se mostraram indecisos sobre que opção irão fazer.

Na figura abaixo registramos os maiores problemas apontados pelos jovens, para eles continuarem a viver no campo.



**Figura 2:** Maiores problemas da vida do campo para o conjunto dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor através de pesquisa junto aos jovens rurais, realizada em 2010.

Para o enfrentamento dos três primeiros problemas citados pelos jovens se faz necessário Política Pública que promova ações em cadeia nos territórios. Os autores abaixo chamam a atenção para elementos importantes sobre o desenvolvimento rural e que se relacionam com os problemas citados pelos jovens. Pois para fazer frente a uma tendência decrescente dos preços e contrabalançar a valorização crescente das terras e as altas do custo de produção, as políticas agrícolas estimularam a mecanização do campo, recorrendo cada vez a novos processos de produção e emprego de recursos tecnológicos. Com isso, o modelo agrícola baseado na exploração do trabalho familiar foi se enredando em processos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que, em teoria, desonerava o agricultor do trabalho

<sup>14</sup> Em finanças o fluxo de caixa refere-se ao montante de dinheiro recebido e gasto por uma empresa durante um período de tempo.



braçal, penoso, exigia-lhe numa proporção talvez ainda maior, mais produtividade. Paralelo a isto, paradoxalmente, ocorria um vertiginoso declínio de sua lucratividade. Percebemos então a necessidade de aplicação cada vez maior de capital, seja em benfeitorias, mais insumos industriais, fertilizantes químicos, instrumentos e máquinas, sementes melhoradas, etc (ROCHA e BRANDENBURG, 2003, p. 95). Parece ser este um dos principais dilemas a ser enfrentados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e desigual, onde a juventude é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de perspectivas para quem vive da agricultura poder acompanhar este padrão de modernização. Percebemos que os jovens do meio rural das gerações passadas (agora os pais dos jovens pesquisados) construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. Agora e cada vez mais centrados na decisão entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, o que vem fortalecendo o debate em torno da sustentabilidade geracional do campo. Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno.

Desta forma contata-se o problema da questão sucessória na Agricultura Familiar, que acontece quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade e os traços culturais trazidos de seus antepassados, esbarrando no dilema de escolha e opção sob os novos padrões da vida no campo. E assim, pela insuficiência dos ganhos para manterem seu padrão de consumo, cada vez mais optam por ocupação em atividades assalariadas, geralmente nas cidades, o que fortalece a tendência de termos um rural cada vez mais esvaziado e envelhecido, e, segundo alguns autores, com tendência a predominância da masculinização desta população.

Frente a esta realidade adversa ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de acordo com os objetivos propostos por esta pesquisa, nossa análise corrobora com a hipótese de que em grande parte, o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural responde a carências na formação teórica, técnica e cívica dos jovens e alavanca sua capacidade de inserção produtiva autônoma no mundo rural. Constatamos que os jovens ADRs apresentaram maiores indicadores em todos os aspectos pesquisados, se relacionados aos jovens do grupo dos Não Participantes. Além do mais, como vimos, os jovens ADRs estão mais definidos a construir seu projeto de vida no campo. Isto equivale a dizer que programas como o PEJR tem uma contribuição importante para estimular o desenvolvimento e inserção socioeconômica dos jovens rurais e sua permanência no campo.

Não obstante, ao analisar e sistematizar as dificuldades e possibilidades com as quais se deparam os jovens da amostra em suas tentativas de diversificação da propriedade constatamos que os determinantes da evasão dos jovens rurais são mais amplos do que as carências de formação teórica, técnica, administrativa e cívica, que no nosso entendimento o PEJR supre com competência e propriedade. As determinações centrais desta evasão se encontram nos estreitos limites das oportunidades objetivamente abertas ao jovem rural para

exercer suas competências empreendedoras no campo; haja vista o custo de oportunidade relativamente elevado representado pela inserção produtiva em ambientes urbanos onde a remuneração monetária, a regulamentação das relações empregatícias, e as oportunidades de lazer e aprendizagem são maiores.

Em suma: percebemos que, para um processo de reconversão produtiva nesta região, é imprescindível a oferta de uma modalidade de ensino como a proposta pelo PEJR, pois habituados a tantos anos ocupando-se da monocultura do tabaco, aprofundaram-se e enraizaram-se resistências culturais e de capacitação técnica à diversificação produtiva. Como foi visto na análise dos questionários, os ADRs apresentaram um padrão de diversificação para o auto-consumo e comercialização superior aos não-participantes. Notamos, contudo, que a plena realização desta disposição e potencial de diversificação dependeria de todo um conjunto de esforços e ações de outros agentes e instituições, sejam públicos, sejam privados. Em especial, haveria que se articular as ações destes agentes e instituições com vistas a definir e explorar coletivamente novos nichos de inserção produtiva capazes de garantir rentabilidade e sustentabilidade às atividades familiares rurais.

Não é difícil perceber os principais elementos que dificultam a implementação de novas atividades de geração de renda por parte dos jovens rurais. Para o enfrentamento dos três problemas do campo mais citados pelos jovens rurais, além do esforço de programas de formação e lideranças locais dependem de uma política nacional para o setor. Tais políticas, contudo, esbarram em obstáculos políticos e fiscais não desprezíveis. Desde logo, ampliar a remuneração do produtor rural sem alterar a estrutura fundiária pressuporia ampliar o preços dos alimentos, com impactos negativos sobre a renda real dos trabalhadores e, conseqüentemente, com pressões sobre os salários nominais. De outro lado, ampliar a remuneração do agricultor familiar a partir da ampliação do volume ofertado pressupõe a democratização da estrutura fundiária, maiores dispêndios com assistência técnica e ampliação do financiamento para investimento e qualificação do trabalho agrícola, associado à depressão de exigências de garantias e do “burocratismo” ainda presente no acesso ao crédito rural. Os rebatimentos fiscais e políticos de uma tal opção (bem como as resistências à mesma) nos parecem evidentes e carecem de maiores comentários neste espaço.

Quer nos parecer, ainda, que o adequado enfrentamento dos obstáculos à expansão da renda rural das Unidades Familiares teria de passar pela adoção de políticas efetivas de “divisão do trabalho” entre a Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar. Sendo mais específicos, pensamos que o governo poderia disponibilizar e facilitar o acesso a créditos específicos para estes dois sistemas agrários distintos e com grande importância para o desenvolvimento do país. Ou seja, dada a disponibilidade de mão de obra e tamanho das propriedades o governo deveria adotar políticas de incentivo e direcionar linhas de créditos preferências com vistas a estimular a Agricultura Familiar a se dedicar a atividades que maximizassem a utilização de seus recursos específicos. Em especial, a disponibilidade relativamente maior de mão-de-obra -, como a criação de pequenos animais, pecuária leiteira e fruticultura, cuja rentabilidade por área é relativamente elevada, emprestando sustentabilidade econômica às pequenas propriedades. Por outro lado atividades como a produção de trigo, soja, milho, etc. que utilizam alta mecanização e que são intensivas em terras deveriam ser destinadas, preferencialmente, à Agricultura Não Familiar.

Defendemos ainda que no caso da Agricultura Familiar, deveria ser pensada uma especialização em forma de cadeia e beneficiamento dos produtos; o que não se confunde (pelo contrário) com a defesa de qualquer especialização de tipo “monocultor”. Enquanto a

especialização é um elemento importante para alavancar a produtividade e garantir escala mínima eficiente em termos regionais, a diversificação representa a questão da segurança, de não estar atrelado a um único produto ou serviço. Neste sentido a especialização adequada pode promover o desenvolvimento endógeno de uma região é aquela que se associa a uma certa diversificação e que se apóia na criação e fortalecimentos de cadeias produtivas que solidarizem diversos produtores pelo ingresso em sistemas onde uns são clientes dos outros, até o cliente final, o consumidor de bens agropecuários.

Ora, se as políticas fundiárias, financeiro-creditícias e de assistência técnica não podem ser alteradas e definidas apenas por agentes locais, a identificação e hierarquização de nichos e cadeias de especialização produtiva e a articulação dos produtores familiares de uma dada região para a exploração destes nichos/cadeias pode e deve ser objeto da ação de agentes locais. É justamente neste plano que percebemos um caminho para o aprofundamento e qualificação do trabalho em curso do PEJR e demais instituições que pretendem apoiar a permanência dos jovens no campo.

Por fim, reconhecemos a amplitude deste programa e sua importante contribuição para que os jovens rurais possam alcançar melhores condições de vida no campo. Por conta da complexidade do meio rural e dos diversos fatores que envolvem a tomada de decisão das pessoas, em especial dos jovens, nossa pesquisa não pretendeu ser exaustiva, e nem poderia. Os indicadores até aqui referendam a valorização do programa junto aos jovens; ainda que caibam estudos mais aprofundados sobre os PJERs, em especial buscando confrontar aqueles que geraram e aqueles que não geraram complemento de renda, procurando contribuir para a qualificação dos projetos dos ADRs que ainda sonham com esta possibilidade. Acreditamos ainda que uma análise mais aprofundada sobre as particularidades da região e uma orientação mais consciente a região podem ampliar as chances de êxito econômico e realização sócio-profissional dos jovens egressos deste programa e outros similares que compartilham de objetivos comuns, o de potencializar o desenvolvimento dos jovens para sua permanência no campo.

## Referencial Teórico

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Estudos Rurais.** São Paulo/ Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

CEDEJOR. [www.cedejor.org.br](http://www.cedejor.org.br) Acesso em 05 de fevereiro de 2011.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude Rural em Perspectiva.** São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

CHAYANOV, Alexander, V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DURSTON, John. **Juventud Y Desarrollo Rural: Marco Conceptual Y Contextual.** Santiago de Chile, Naciones Unidas Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe, 1998.

GHIRALDELLI, Jr., Paulo. **História da Educação**. 2ª Ed revisada – Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. **Programa Empreendedorismo do Jovem Rural. Unidade Político- Metodológica**. Versão de 10/10/2005. Rio de Janeiro, 2005.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 3. Edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo Do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD, 2010.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

PAIVA, Carlos Águedo.. **Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000**. In: PAIVA, C. A. (org.). Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

RAMOS, Marília. **Aspectos conceituais e metodológicos da Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. Revista Planejamento e Políticas Públicas. n 32, IPEA, 2009.

ROCHA e BRANDENBURG. **Limites e Desafios da Agricultura Familiar: a sustentabilidade em questão**. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v.8 n. 2, p.93-104, maio/ago, 2003.